

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA  
DOUTORADO

JULIANO SANTOS DO CARMO

**SOBRE A NORMATIVIDADE DO SIGNIFICADO: UMA PSEUDO-  
RESTRICÇÃO À SEMÂNTICA NATURALIZADA**

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Orientador

Porto Alegre

2012

JULIANO SANTOS DO CARMO

**Sobre a normatividade do significado: uma pseudo-restrição à semântica naturalizada**

Tese apresentada como requisito para obtenção do grau de doutor pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich

Porto Alegre

2012

## RESUMO

O presente trabalho pretende discutir um problema bastante recente em filosofia da linguagem, a saber: o problema da normatividade do significado. O lócus fundamental da discussão é a posição de Saul Kripke exposta em *Wittgenstein on Rules and Private Language*, cujo ingrediente principal é a ideia de que o significado é uma noção intrinsecamente normativa. Diversos filósofos têm assumido esta posição como uma espécie de restrição pré-teórica para avaliar teorias razoáveis, descartando todas aquelas que não possam acomodar, de algum modo, a “restrição de Kripke”. O que anima o debate contemporâneo a este respeito é justamente a possibilidade de inviabilizar qualquer abordagem descritivista e naturalista do significado, com base na alegação de que tais abordagens ou não conseguem oferecer uma explicação plausível do sentido relevante de normatividade ou não conseguem garantir um critério razoável de correção semântica. O objetivo geral deste trabalho é mostrar que, a partir da posição de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*, não é absolutamente necessário assumir tal restrição, já que em múltiplos sentidos ela parece mesmo contradizer nossas intuições ordinárias a respeito das noções de “significado” e “uso”. Este trabalho pretende mostrar, em outras palavras, que a restrição de normatividade é particularmente inofensiva para um modelo de semântica naturalizada. A estratégia geral consistirá em negar a hipótese de que o significado seja uma noção *intrinsecamente* normativa e mostrar que seus aspectos normativos relevantes podem ser imediatamente *derivados* de certas regularidades básicas de uso.

**Palavras-chave:** Wittgenstein, Kripke, Normatividade, Naturalismo Semântico.

## ABSTRACT

This work intends to discuss a problem very recent in philosophy of language, namely the problem of the normativity of meaning. The fundamental locus of discussion is the position of Saul Kripke in *Wittgenstein on Rules and Private Language*, whose main ingredient is the idea that meaning is an intrinsically normative notion. Several philosophers have assumed this position as a kind of pre-theoretical restriction to assess reasonable theories, discarding all those that cannot accommodate, somehow, the “restriction of Kripke”. What animates the contemporary debate about this is precisely the possibility of disposing a descriptivist and naturalistic approach of meaning, based on the claim that such approaches fail or offer a plausible explanation of the relevant sense of normativity or fail to ensure a reasonable criterion for semantic correctness. The overall goal of this work is to show that, from the position of Wittgenstein in the *Philosophical Investigations*, it is not necessary to assume such a restriction, since in many ways it does seem to contradict our ordinary intuitions about the notions of “meaning” and “use”. This study aims to show, in other words, that the restriction of normativity is particularly harmless to a semantic model naturalized. The general strategy would be to deny the hypothesis that meaning is an intrinsically normative notion and show that its relevant normative aspects can be immediately derived from certain basic regularities of use.

**Key-words:** Wittgenstein, Kripke, Normativity, Semantic Naturalism.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	9
CAPÍTULO 1: O PROBLEMA DA NORMATIVIDADE SEMÂNTICA: A <i>POSIÇÃO DE WITTGENSTEIN NAS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS</i> .....	20
1.1 As Raízes do Problema .....	21
1.2 Kripke: A Semente do Mal-Entendido .....	27
1.3 Wittgenstein e a Noção de “Compreensão Naturalizada” .....	39
1.3.1 “Compreender” não é um tipo de Experiência .....	43
1.3.2 “Compreender” não é um tipo de Processo Mental .....	46
1.3.3 “Compreender” não é um Estado Mental .....	48
1.3.4 “Compreender” não é um Estado Disposicional.....	49
1.4 Compreender e Seguir Regras .....	52
CAPÍTULO 2: CONTRA A TESE DA NORMATIVIDADE INTRÍNSECA DO SIGNIFICADO: <i>ENTRE DESCRITIVISMO E NATURALISMO SEMÂNTICO</i> .....	58
2.1 A Hipótese do Erro Semântico .....	60
2.1.1 Correção e Normatividade: uma Solução <i>Realista</i> .....	68
2.1.2 Correção e Normatividade: a Ambiguidade da Correção .....	80
2.1.3 Correção e Normatividade: Racionalidade e Justificação .....	90
2.2 A Hipótese do Erro Semântico: <i>Descritivismo</i> ou <i>Naturalismo Semântico</i> ?.....	103
CAPÍTULO 3: SEMÂNTICA NATURALIZADA E A NORMATIVIDADE DO SIGNIFICADO .....	110
3.1 Vivendo Sem Normas .....	111

3.2 As Raízes da Noção de “Aceitação” .....	113
3.2.1. <i>Construtivismo Social</i> ou <i>Realismo Semântico</i> ?.....	118
3.3. <i>Naturalismo</i> : Redução e Simplicidade .....	129
3.3.1 A Teoria das “Funções-Próprias” de Ruth G. Millikan .....	132
3.3.2 O <i>Naturalismo-Deflacionista</i> .....	136
3.3.3. <i>Naturalismo</i> e <i>Realismo Metafísico</i> .....	141
3.4. Uma Solução para o Problema da “Aceitação” .....	145
3.4.1 A Hipótese das Convenções Naturais .....	153
CONCLUSÃO .....	161
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: .....	166

## INTRODUÇÃO

O significado das palavras da linguagem não depende unicamente dos estados de nossos cérebros (sejam eles caracterizados como funcionais ou neurofisiológicos), mas, antes, depende fundamentalmente de nossas relações com o mundo, ou ainda, depende do modo como interagimos em nossa cultura e ambiente físico<sup>1</sup>. O significado linguístico não possui outra fonte que não nossa interação social sustentada por nosso próprio esquema conceitual. Isso quer significar, imediatamente, que a linguagem é um fenômeno essencialmente social e publicamente partilhado. Seus critérios e propriedades são objetivamente observáveis e seus usuários possuem inclinações naturais para compreender e seguir suas regras.

A linguagem, assim considerada, parece ser uma propriedade natural dos seres humanos, de maneira que compreendê-la é de algum modo compreender o sistema referencial humano. Ou ainda, conhecer a linguagem parece ser uma condição para se conhecer uma *forma de vida*<sup>2</sup>. Inúmeros problemas filosóficos parecem surgir muitas vezes de falsas concepções a respeito da natureza da linguagem, de modo que entendê-la adequadamente poderia ajudar a *dissolver* tais problemas (ou ao menos evitá-los). Este parece ter sido propriamente o lema perseguido por Ludwig Wittgenstein durante toda a sua jornada filosófica.

Vários filósofos na primeira metade do século XX estavam convencidos de que a estrutura da linguagem poderia revelar algo além do mero significado das palavras, e, assim, procuraram mostrar, à luz do *Tractatus Logico-Philosophicus*, que linguagem e realidade compartilhavam uma forma comum, a saber: uma mesma forma lógica. O programa previa que a estrutura da realidade era de alguma forma *refletida* na estrutura da linguagem<sup>3</sup>, de modo que bastaria determinar esta estrutura para se determinar também

---

<sup>1</sup> PUTNAM, H. *Functionalism: Cognitive Science or Science Fiction?* In: JOHNSON, D. e ERNELING, C. *The Future of The Cognitive Revolution*. New York: Oxford University Press, 1997, p. 36.

<sup>2</sup> O termo forma de vida é oriundo de uma longa tradição na filosofia alemã e é utilizada por Wittgenstein em alguns de seus textos. Segundo Hans-Johann Glock, a acepção wittgensteiniana de “forma de vida” parece estar ligada a ideia de entrelaçamento entre cultura, visão de mundo e linguagem. Nas *Investigações Filosóficas* (1953) uma das ocorrências do termo aparece assim: “O termo ‘jogo de linguagem’ pretende salientar a ideia de que “falar uma língua é parte de uma atividade, de uma forma de vida” (§23). Para maiores detalhes ver: GLOCK, H. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

<sup>3</sup> Trata-se inicialmente da concepção defendida no *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) de Wittgenstein, e mais tarde assumida e desenvolvida pelo Círculo de Viena (1919-1936). Para uma boa introdução, ver: MOUNCE, H. O. *Introducción al Tractatus de Wittgenstein*. Madrid: Tecnos, 2001.

aquela<sup>4</sup>. O programa, apesar de controverso, não foi completamente abandonado na contemporaneidade.

Uma das teses mais importantes do modelo do “espelho” era justamente a ideia de que as proposições moleculares da linguagem poderiam ser analisadas atomicamente em termos de proposições elementares que representavam a articulação direta de “objetos logicamente simples”. Mais tarde Wittgenstein (1953) iria perceber que o modelo tractariano não poderia dar conta da complexidade total da linguagem e, que, é uma ilusão pensar que a “estrutura do mundo” (se tal coisa de fato existir) possa ser revelada através de um mero conjunto de palavras<sup>5</sup>. Logo, ao descartar o modelo *essencialista* de linguagem, o filósofo passou a defender que a investigação sobre seus fenômenos reais poderia oferecer a clarificação e, portanto, a dissolução, de uma série de problemas aparentemente insolúveis<sup>6</sup>.

O novo paradigma da investigação a respeito da natureza da linguagem é a defesa de que suas palavras adquirem significados na medida em que elas são utilizadas. Porém, este tipo de “virada pragmática”<sup>7</sup> também inaugurou uma série de novos problemas. Se o “uso” é o novo critério para se oferecer uma caracterização adequada da estrutura da linguagem, então permanece pouco claro o modo como devemos entender o processo de aquisição e fixação de significados. Em outras palavras, ressurgiu o problema de oferecer

---

<sup>4</sup> De certa forma, alguns teóricos concordam, o *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921) representava o cume da tradição filosófica ocidental (obra metafísica por excelência), por outro lado, e contrariamente ao que em geral é suposto, as *Investigações Filosóficas* (1953) é a obra que realiza a ruptura radical com aquela grande tradição. A tarefa da filosofia exposta no *Tractatus* é completamente abandonada e a concepção da análise da forma lógica como tarefa da futura filosofia é completamente superada. As *Investigações Filosóficas* inauguram na contemporaneidade uma nova maneira de se entender a tarefa da filosofia e, também, de se conceber e de tratar os problemas filosóficos.

<sup>5</sup> Sobre este ponto ver: GOODMAN, N. *The Way The World Is* (1960), no qual ele conclui que é uma ilusão pensar que existe apenas um modo de oferecer uma descrição adequada da realidade. Em outras palavras, é um erro pensar que existe uma maneira absoluta de se realizar uma descrição do mundo.

<sup>6</sup> Em especial: o entendimento de expressões significativas; a relação x significa y; a representação; a questão das características a priori do discurso; a composicionalidade do significado; a normatividade; e o uso expressões na linguagem.

<sup>7</sup> A mudança de foco da primeira fase para a segunda fase do pensamento de Wittgenstein é em geral associada à “virada pragmática”. Talvez influenciado pelo pragmatismo americano, sobretudo a partir do pensamento de C. S. Peirce (1839-1914), o qual já havia salientado a inconstância dos símbolos em relação às suas múltiplas utilizações e que o significado linguístico dependia de algum modo de suas consequências na vida prática. Outra fonte para a virada pragmática de Wittgenstein talvez tenha sido o pensamento de John Dewey (1859-1952), que, por sua vez, já havia defendido a ideia de que a linguagem é pública e que, por isso, ela é fortemente dependente dos contextos de interação entre falantes e suas intenções ou objetivos conversacionais.



uma caracterização adequada por meio da qual as palavras são dotadas de significado, ou ainda, como a fórmula “*x* significa *y*” deveria ser entendida através da nova perspectiva.

A solução apresentada por Wittgenstein na segunda fase de seu pensamento, sobretudo nas *Investigações Filosóficas*, é uma das mais inovadoras já oferecidas em filosofia da linguagem: o significado é completamente determinado pelo uso que os agentes fazem de palavras na linguagem na medida em que eles compreendem suas regularidades e seguem suas regras de modo absolutamente natural. Os agentes possuem uma disposição natural para seguir regras e a compreensão de tais regras é uma habilidade socialmente compartilhada, proliferada e perpetuada. O significado é fixado a partir da multiplicidade de aplicações e não há nada de oculto por trás de tudo isso<sup>8</sup>.

Os elementos naturalistas na abordagem de Wittgenstein em seus últimos escritos são, como veremos, evidentes. Há inúmeras passagens nas *Investigações Filosóficas* e em *Sobre a Certeza* que sugerem um tipo peculiar de naturalismo, cuja plataforma de redução não é uma propriedade física ou mesmo biológica, mas, antes, “antropocêntrica”. Porém, não é difícil encontrar na literatura contemporânea uma ampla gama de trabalhos que afirmam que Wittgenstein era absolutamente contrário a qualquer tipo de *naturalismo*. Tais abordagens são verdadeiramente prejudiciais para o bom entendimento de aspectos fundamentais do pensamento de Wittgenstein<sup>9</sup>. Ao longo das próximas páginas mostrarei que as noções de compreender e seguir uma regra são altamente compatíveis com vários modelos de semântica naturalizada e, que, tais noções poderiam ser utilizadas para resolver alguns problemas fundamentais no cenário atual.

A ideia de “natureza”, “objetos naturais”, “relações naturais” ou ainda “modelos de investigação naturalizados”, tem sido amplamente aplicada para os mais diferentes propósitos desde o início da longa História da Filosofia. Os filósofos contemporâneos costumam alegar equivocadamente que o naturalismo é um movimento filosófico recente, que teria surgido talvez com os empiristas modernos e, que, desde então, vem sendo defendido contra todas as tentativas de se oferecer um modelo metafísico acerca da ontologia, do conhecimento, da moral e da linguagem. Ora, isso não é completamente

---

<sup>8</sup> STRAWSON, P. *Ceticismo e Naturalismo: Algumas Variedades*. São Leopoldo: Unisinos, 2008, p. 94.

<sup>9</sup> Minha proposta inicial nesta tese era apenas mostrar a falsidade de uma restrição que tem sido defendida por uma série de filósofos da linguagem contemporaneamente. Contudo, no decorrer da pesquisa percebi que os fundamentos daquela trivialidade remontavam inicialmente a uma falsa exegese do pensamento de Wittgenstein, de modo que considere necessário expor brevemente no primeiro capítulo deste estudo alguns pontos centrais que corroboram a tese que será defendida aqui.

verdadeiro, já que em muitos casos o “naturalismo” é também um modelo teórico essencialmente metafísico<sup>10</sup>.

A grande controvérsia não consiste em adotar ou não um modelo naturalista, mas, antes, em decidir o que deve ou não ser incluído em nossa concepção de natureza. Ou seja, não parece haver ainda um consenso a respeito do que é apropriado ou aceitável considerar como parte do escopo do que entendemos por “natural”. De todo modo, podemos dizer que há pelo menos dois modelos de naturalismo, que correspondem a dois modos de investigação: (1) o modelo que investiga o mundo como ele é *assim e assim*, como as coisas são ou estão (naturalismo metafísico), e (2) o modelo que investiga o que é *assim e assim* no mundo (naturalismo deflacionário, pragmático ou antropocêntrico). Neste último caso, a investigação a respeito dos seres humanos seria conduzida de modo a compreendê-los em relação ao mundo natural. No fundo a ideia é bastante simples: pensar o mundo natural independente de qualquer característica sobrenatural, ou ainda, independente de forças que estejam (de algum modo) isentas das leis do mundo natural. O sobrenatural é entendido como aquilo que não pode ser considerado como uma parte do mundo natural.

A tradição filosófica está repleta de exemplos de filósofos que acabaram por incluir em seus sistemas elementos “sobrenaturais”. Descartes, por exemplo, alegava que nosso conhecimento não poderia ser considerado sem um elemento sobrenatural que pudesse garantir a verdade daquilo que percebemos claramente e distintamente como

---

<sup>10</sup> Tradicionalmente a linguagem foi concebida como estando baseada em fundamentos fortemente metafísicos. Ao menos alguns desses pilares metafísicos podem ser destacados aqui: (i) a ideia geral de que a linguagem representa um todo homogêneo dependente de uma concepção particular de lógica e independente de sua aplicação no mundo prático; (ii) as palavras possuem significados rígidos e, portanto, uma linguagem perfeita deveria poder contar com significados unívocos (decorreria daí que a linguagem seria suficientemente capaz de oferecer uma descrição adequada da realidade, tanto em suas características essenciais, como em suas características acidentais); (iii) a concepção de que a linguagem e o mundo compartilham uma mesma forma lógica e, sendo assim, a linguagem funcionaria como um *espelho da realidade*; (iv) a ideia de que é impossível se pressupor uma metalinguagem e que, com isso, seria necessário assumir um simbolismo lógico adequado e que esse simbolismo e suas regras seriam absolutamente *a priori* (como conclusão a linguagem possuiria um papel extremamente reduzido, podendo apenas descrever fatos ou estados de coisas possíveis). Com efeito, o *Tractatus Logico-Philosophicus* assume indiscriminadamente todos aqueles pressupostos, pois, além de assumir outros pressupostos não destacados aqui, ele assume que somente um modelo de linguagem é possível e ele é completamente alheio às suas consequências pragmáticas, assume que os significados da linguagem são absolutamente determinados (uma vez que nomes simples estão em direta conexão com objetos simples na realidade: todos possuem referência e, portanto, significados); assume o isomorfismo lógico entre linguagem e realidade; assume uma espécie de ontologia peculiar (o mundo é composto de fatos e não de coisas), pois prevê certas condições *a priori* que a realidade deve satisfazer para que possa ser fielmente representada pelas proposições da linguagem. Todos os pressupostos metafísicos acima apontados foram completamente abandonados na segunda fase do pensamento de Wittgenstein.

verdadeiro. Mesmo o empirista inglês John Locke acabou por supor um elemento sobrenatural para sustentar as faculdades cognitivas das quais todos os seres humanos necessitam para viver e interagir no mundo em que se encontram. Existem, obviamente, muitos exemplos de filósofos que incluíram em seus sistemas elementos que extrapolam o mundo natural e, assim, parece correto dizer que o naturalismo em geral procura fazer oposição a todas as abordagens similares às de Descartes e Locke.

O naturalismo não é, portanto, algo absolutamente contemporâneo. Não há, por assim dizer, uma “virada naturalista” contemporânea<sup>11</sup>. O naturalismo não representa também uma “virada ontológica” contemporânea, como tem sido argumentado na academia. O que poderia ser dito mais propriamente é que nos últimos anos tem crescido substancialmente o número de naturalistas no sentido de evitar o “sobre-naturalismo”. O que está implícito aí é o pensamento de que qualquer consideração satisfatória a respeito das crenças humanas e do conhecimento em geral, não pode prescindir de processos e eventos do mundo natural, cuja intervenção ou reafirmação de qualquer elemento sobrenatural é completamente ilusória ou desnecessária.

O naturalismo metafísico tem sido apresentado como uma espécie de tese ontológica onde todas as coisas (objetos, eventos, fatos ou propriedades – mas também propriedades e relações que os caracterizam) são partes do mundo físico natural e, que, tais coisas devem ser investigadas à luz da ciência natural. É claro que, pensado nestes moldes, o naturalismo metafísico acaba por se comprometer irreversivelmente com alguns pressupostos extremamente difíceis de contornar. Ainda assim, existem diversas tentativas mais ou menos bem-sucedidas de defender um naturalismo robusto que procuram incluir a linguagem como parte do mundo natural, ou ainda, a tentativa de estabelecer uma “semântica naturalizada”. Isso é evidente nos importantes trabalhos de Jerry Fodor, Ruth Millikan, Dretske e muitos outros.

O naturalista metafísico deveria poder analisar diversos tipos de discursos em um modo compatível com o naturalismo robusto, ou seja, não poderia incluir entidades explicativas que não possam ser investigadas pela ciência natural. É certo, no entanto, que este modelo de naturalismo e, por consequência, de semântica naturalizada, acaba por depender de uma suposição não menos problemática: a suposição de que existem

---

<sup>11</sup> Sobre este ponto ver: STROUD, B. *Philosophers: Past and Present*. New York: Oxford University Press, 2011.

teorias científicas que sejam absolutamente verdadeiras e corretas. Não estou disposto a assumir este compromisso excessivamente forte aqui, pois, ao que parece, o naturalismo metafísico não é em muitos casos uma posição estável ou coerente, já que a própria redução de fatos semânticos a fatos naturais parece altamente duvidosa.

A constatação básica que estará presente ao longo das páginas que se seguem é a de que a semântica naturalizada (em sua versão robusta) é altamente problemática, principalmente no que se refere a redução de fatos semânticos a fatos não-semânticos (naturais), pois não parece existir (pelo menos por enquanto) uma base sólida para realizar a redução do significado a algo físico ou biológico. Por outro lado, fatos semânticos (condições de verdade, por exemplo) parecem incompatíveis com teorias científicas, pois se a semântica não for científica, então reduzir fatos semânticos à categorias científicas seria inadequado. Contudo, ainda que os desafios pareçam realmente intransponíveis, eles não afetam diretamente o naturalismo antropocêntrico, ou deflacionário.

Além disso, existem duas restrições fundamentais que têm sido levantadas contra qualquer modelo de semântica naturalizada. A primeira restrição está centrada na ideia de que os significados das expressões da linguagem envolvem necessariamente algum tipo “normatividade intrínseca”, pois do contrário não haveria como sustentar a conexão entre regras e usos; a segunda (imediatamente derivada da primeira) é a ideia de que sem um apelo à noção relevante de normatividade não haveria como sustentar um critério adequado de correção semântica. Ora, na medida em que se supõe que nenhum fato natural pode garantir a normatividade do significado, sob o risco de cometer uma *falácia naturalista*, então nenhum modelo de semântica naturalizada poderia ser adequadamente defendido. Se, por outro lado, não há como sustentar um critério adequado de correção, então realmente não resta alternativa a não ser assumir que o uso da linguagem é um verdadeiro “salto no escuro” e que nossa concepção intuitiva de significado de nada adianta para nos ajudar a resolver a questão.

O objetivo principal deste estudo é mostrar que tais restrições não inviabilizam a defesa de um tipo de naturalismo semântico. A estratégia geral será mostrar que a primeira restrição não é obrigatória, mostrando em primeiro lugar que uma resposta pode ser encontrada nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, sobretudo no que se refere às noções de “compreensão” e “seguir uma regra”; e, em segundo lugar, que não existem

razões fortes para garantir que o significado seja em algum sentido intrinsecamente normativo. A partir da não-obrigatoriedade da primeira restrição será possível mostrar que a hipótese do erro semântico é inofensiva para o naturalismo semântico. É importante notar, contudo, que com isso não pretendo garantir que o projeto de naturalização da semântica esteja assegurado, mas, que, pelo contrário, seu eventual fracasso não se deve aos motivos sugeridos por aquelas restrições.

A tese da normatividade intrínseca do significado é defendida por Saul Kripke em *Wittgenstein: On Rules and Private Language* (1982) e, desde então, um fervoroso debate tem sido travado entre normativistas e naturalistas. O pano de fundo da tese da normatividade intrínseca é o pressuposto de que nenhuma consideração naturalista (ou mesmo descritivista) seria suficientemente capaz de garantir a conexão entre uma regra (um significado) e sua aplicação, uma conexão que é, nas palavras de Kripke, “normativa” ao invés de “puramente descritiva”. Uma peculiaridade amplamente negativa desta posição é o fato de que ela não apenas tem sido tomada como verdadeira, mas, também, como critério decisivo para a avaliação de teorias razoáveis. Ou seja, ela tem sido tomada como uma espécie de requisito pré-teórico que qualquer teoria semântica candidata deve se ajustar (do contrário ela deve ser completamente descartada).

Alguns filósofos consideram essa característica do significado como um “teste decisivo” para a adequação de uma teoria do significado. De acordo com estes filósofos, se a teoria do significado candidata não passa pelo teste, então ela não serve. Caso encerrado. Estas questões não são tão fáceis, é claro, principalmente se nós mesmos procurarmos questionar o que é a normatividade, ou ao menos o que é para o significado ser normativo. Não é de modo algum óbvio qual seria a nossa resposta<sup>12</sup>.

A restrição de Kripke só parece funcionar na medida em que se toma por verdadeira uma interpretação bastante peculiar da posição wittgensteiniana<sup>13</sup>, defendida nas *Investigações Filosóficas*, a respeito das noções de “compreensão”, “regras” e “usos”. Com efeito, a tese de Kripke parece estar baseada nas seguintes suposições:

---

<sup>12</sup> WIKFORSS, A. *Semantic Normativity*. *Philosophical Studies*, 2001, p. 39.

<sup>13</sup> Trata-se da posição tradicionalmente considerada como aquela defendida pelo segundo Wittgenstein. Veremos daqui a pouco que existem fortes razões para pensar que isso não é plenamente correto. Em todo caso, existe uma vasta bibliografia sobre o segundo Wittgenstein que poderia ser indicada aqui, porém, para conectar este ponto com a argumentação central deste trabalho, uma excelente introdução é encontrada em HATTIANGADI, A. *Oughts and Thoughts: Rule-Following and the Normativity of Content*. Oxford University Press: New York, 2007.

- (a) A linguagem é uma atividade *essencialmente* guiada por regras;
- (b) Para garantir uma noção relevante de correção semântica (e recusar o ceticismo), é preciso supor uma conexão forte entre regras e usos;
- (c) A conexão entre regras e uso é intrinsecamente normativa e não meramente derivada ou descritiva.

Tomadas em conjunto, (a), (b) e (c) acabam por inviabilizar pretensamente os projetos disposicionalistas, descritivistas e naturalistas. Todos os capítulos deste trabalho estão voltados a negar estas suposições e mostrar que há outro modo de pensar as observações de Wittgenstein que, se correta, nos permitirá concluir que a tese de Kripke não é obrigatória. Na verdade, não existe consenso a respeito da posição final de Wittgenstein a respeito das noções de “linguagem”, “regras” e “usos”, de modo que seria um erro assumir a interpretação de Kripke como a “última palavra” sobre a questão. No Capítulo 1 tratarei de mostrar que a primeira suposição (a) é problemática em múltiplos sentidos, pois, como Katrin Glüer e Asa Wikforss têm defendido<sup>14</sup>, é possível pensar que posição final de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* é justamente a tese de que a linguagem *não é* uma atividade *essencialmente* guiada por regras. Mostrarei, também, que a segunda suposição (b) repousa sob uma falsa concepção da noção wittgensteiniana de “compreensão”, já que não é necessário qualquer intermediário explicativo entre “compreender” e “seguir uma regra”.

No Capítulo 2, passarei a discutir as respostas contemporâneas para o problema da normatividade semântica. Veremos que o cenário atual encontra-se profundamente dividido entre teóricos que defendem que o significado é normativo, por um lado, e teóricos que defendem que o significado não é normativo<sup>15</sup>, por outro. Porém, dentro da primeira classe existe outra subdivisão: aqueles que defendem que o significado é intrinsecamente normativo<sup>16</sup> e aqueles que defendem que ele é derivadamente

---

<sup>14</sup> Ver: GLÜER, K; WIKFORSS, A. *Es Brauch Die Regel Nicht: Wittgenstein on Rules and Meaning*. In: *The Later Wittgenstein on Language*, ed. Daniel Whiting, Palgrave 2009.

<sup>15</sup> Aqui podem ser consideradas todas as teorias reducionistas, em especial as teorias de Jerry Fodor (1987), Ruth Millikan (2008), mas também o descritivismo de Glüer e Wikforss (2009).

<sup>16</sup> Trata-se, mais especificamente, pelo menos, das teorias de Daniel Whiting (2010), Alan Millar (2000), Jaroslav Peregrin (2008), Robert Brandom (1994), Tim Thornton (2007), Saul Kripke (2000), Hans-Johann Glock (1998), Hannah Ginsborg (2012), Adrian Haddock (2012) e Wilfrid Sellars (1969).

normativo<sup>17</sup>. Vou argumentar que boa parte da controvérsia entre os normativistas parece residir na falta de consenso a respeito do que conta como um “critério de correção” adequado. Contudo, os normativistas têm argumentado que a normatividade semântica é constitutiva da noção de “significado”.

A tese de Kripke é particularmente atraente para diversos modelos teóricos, principalmente por representar a defesa de uma estrutura *a priori* da linguagem e por garantir argumentos “conclusivos” para refutar os modelos semânticos *disposicionalistas* e *naturalistas*. Segundo Kripke, a disposição de um agente em utilizar uma palavra de determinado modo (corretamente) não conseguiria garantir a conexão adequada (essencialmente normativa) entre significado e uso e, assim, não haveria como recusar a hipótese cética de que o uso de palavras é um “salto no escuro”. Por outro lado, os modelos naturalistas ou reducionistas, não poderiam explicar a normatividade intrínseca do significado sem cometer uma petição de princípio ou incorrer na *falácia naturalista*. Minha tarefa será mostrar, portanto, que há um modo de escapar da restrição imposta ao naturalista.

No Capítulo 2, buscarei problematizar a tese de que utilizar corretamente uma expressão é uma espécie de “competência normativa” ao invés de uma “competência descritiva” ou meramente disposicional<sup>18</sup>, mostrando que ela está irremediavelmente comprometida com uma espécie de investigação das “relações internas” entre a compreensão de uma regra e sua correta aplicação. Em outros termos, procurarei mostrar que o objetivo de Kripke era investigar o modo como somos capazes de seguir regras e, assim, aplicar as expressões seguindo suas regras de uso incorporadas no passado para as utilizações futuras. Seguindo os resultados do que será exposto no Capítulo 1, procurarei mostrar que não é absolutamente necessário realizar qualquer tipo de investigação a este respeito, já que é possível pensar que a compreensão se dá de modo imediato.

No Capítulo 3, argumentarei a favor de uma teoria semântica naturalizada onde as normas não desempenham um papel substancial. Após mostrar que a tese da normatividade intrínseca do significado não é obrigatória (o resultado dos capítulos 1 e

---

<sup>17</sup> Basta observar pelo menos os textos de Baker e Hacker (2005), Anandi Hattiangadi (2007), Paul Boghossian (1989), Paul Horwich (1998) e, segundo a interpretação que seguiremos aqui, também o texto das *Investigações Filosóficas* de Ludwig Wittgenstein (1953).

<sup>18</sup> KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language*. Cambridge: Harvard University Press, 1982. p. 31 n. 22.

2), analisarei a noção de “aceitação” como possível candidata à redução naturalista. Como veremos, a noção de aceitação tem o potencial de explicar o surgimento de regularidades básicas de uso (fatos semânticos) através de algo completamente não-semântico e não-intencional (uma propriedade de aceitação). A noção de aceitação, pensada nestes moldes, parece amplamente compatível com diversos modelos de semântica naturalizada, podendo ser considerada inclusive como uma espécie de subclasse de convenções sociais (aquilo Ruth Millikan chamou de “convenções naturais”).

O objetivo central deste trabalho, portanto, é oferecer uma resposta à tese da normatividade intrínseca do significado e “preparar o terreno” para uma abordagem naturalista da linguagem. É importante notar que com isso não estou interessado em negar a tese de que em muitos casos o significado é derivadamente normativo (extrinsecamente normativo), como ocorre em proposições morais, por exemplo. Mas, pelo contrário, meu objetivo é mostrar que a *aparência* de normatividade intrínseca pode realmente ser explicada de outro modo. Meu interesse é defender que a normatividade semântica surge de nossas práticas de utilização de palavras na linguagem e que, portanto, não é necessário supor que esta seja uma característica *a priori* do significado.

O problema da normatividade do significado é uma das principais questões a ser esclarecida no cenário contemporâneo<sup>19</sup>, e, com efeito, dela poderá resultar uma nova possibilidade de se considerar os limites e os alcances de uma semântica naturalizada. Veremos que é possível encontrar alguns *insights* interessantes a este respeito nos trabalhos da segunda fase do pensamento de Wittgenstein. Contudo, o presente trabalho

---

<sup>19</sup> De certo modo, é correto dizer, o século passado presenciou o predomínio de duas ideias fundamentais que dominaram as discussões nos grandes centros: (1) os problemas filosóficos surgem da má utilização da linguagem. Assim, a tarefa da filosofia não seria a construção de teorias elaboradas para resolver problemas filosóficos, mas, antes, expor as confusões linguísticas que surgem quando se pensa que existem problemas filosóficos genuínos a ser resolvidos. E, (2), o significado não poderia ser elucidado a partir de uma perspectiva teórica ou científico-abstrata. Ao invés de construir teorias gerais de significado, os filósofos deveriam atentar para os aspectos sutis do uso da linguagem, e, assim, mostrar que a má utilização de certas palavras leva a perplexidades e confusões filosóficas. A tradição revelou, portanto, o predomínio de uma notável combinação de pontos de vista controversos: a filosofia dependia de uma compreensão adequada do significado, mas não era possível oferecer uma teoria sistemática do significado, ou método suficientemente capaz de explicá-lo (dados os resultados das teses expostas nas *Investigações Filosóficas*), a não ser por uma montagem informal de observações sobre aspectos gerais do uso de palavras filosoficamente significativas em situações mais ou menos comuns. A saída para a controvérsia seria então a inauguração de um ponto de vista pragmático a respeito da linguagem. A nova perspectiva foi responsável por uma série de novos problemas que até o presente momento não receberam um tratamento adequado. Dentre os novos problemas encontramos aquele sobre o qual nos deteremos ao longo das páginas a seguir: a normatividade do significado.



não se limita a uma exegese do pensamento do filósofo austríaco, mas, antes, as observações wittgensteinianas que apresentarei aqui (que seriam facilmente compatibilizadas com alguns projetos semânticos contemporâneos) visam apenas evidenciar um flagrante mal-entendido que tem, de certo modo, dominado o centro da discussão sobre a natureza do significado.

De qualquer forma, para efeitos de simplificação assumirei aqui que o significado de uma expressão é o conceito que ela em geral manifesta; ou também a coisa no mundo para a qual ela faz referência; ou o que o falante toma como sendo sobre, ou, ainda, o que o falante pretende que seus ouvintes infiram a partir de seu uso. Com isso quero sublinhar que qualquer que seja sua definição, ela não poderá prescindir da ideia de que o que determina um significado é seu uso (e não características prévias da linguagem, tais como fatos semânticos ou significados primitivos, nem mesmo suas condições de verdade ou de assertibilidade). Isso quer significar que neste estudo estarei mais interessado em mostrar como o significado é determinado, do que mostrar o que o significado é. Este é, propriamente, o espírito minimalista (deflacionário) wittgensteiniano que de certo modo anima este trabalho.

## CONCLUSÃO

A normatividade do significado tem sido erroneamente suposta para inviabilizar diversas teorias semânticas, em especial o naturalismo, o descritivismo e o disposicionalismo. Como vimos ao longo das páginas anteriores, não parece haver razões fortes para recusar sem mais tais modelos semânticos. Um dos principais ingredientes que autorizaria a tese da normatividade intrínseca era a conclusão cética da inexistência de “fatos semânticos”. Com o objetivo de assegurar este resultado, Kripke procurou demonstrar que o significado implica necessariamente uma espécie de dever. No presente trabalho, eu procurei mostrar que as teses de Kripke não são absolutamente obrigatórias.

A tese da normatividade intrínseca do significado parece estar essencialmente conectada com a hipótese de que os processos de compreender e seguir uma regra sejam processos internos, de modo que seus proponentes acabam por supor a necessidade de conectar ambas as esferas com algum intermediário teórico explicativo. Vimos que a segunda fase do pensamento de Wittgenstein oferecia um modelo que era suficientemente capaz de dissolver este problema. Os recentes desenvolvimentos da semântica naturalizada acabam por revelar que as noções de compreensão e de seguir uma regra figuram como elementos altamente compatíveis com o naturalismo semântico contemporâneo. É evidente, no entanto, que não esgotei aqui o potencial explicativo daquelas noções, porém, elas serviram ao propósito de mostrar que a restrição de normatividade é altamente problemática.

Procurei indicar, também, que a abordagem wittgensteiniana a respeito do significado permanece como extremamente frutífera, basta perceber que todas as teorias mencionadas aqui (e outras diversas) supõem de algum modo que o uso é um ingrediente fundamental para qualquer teoria relevante do significado. O grande atrativo da noção de uso é justamente o viés fortemente pragmático que é dela derivada, o que a torna, de certo modo, compatível com uma série de doutrinas diferentes a respeito da determinação do significado. Abordar o significado através da noção de uso é, entre outras coisas, entender o significado como algo que surge da interação dos agentes entendidos como partes do mundo natural.

Não parece realmente necessário atentar para qualquer outra característica prévia da linguagem para explicar os motivos pelos quais utilizamos as palavras do modo como atualmente utilizamos. Nas palavras de Peter Hacker, “Wittgenstein enfatizou que o comportamento humano está (e é vivido como se estivesse) impregnado por significação, pensamento, paixão e vontade”<sup>20</sup>. Nosso comportamento é o que dá expressão ao interno, e não o contrário. Para desfazer uma série de confusões, Wittgenstein afirmou insistentemente, basta atentar para a história de uso de nossas expressões e perceber as constantes distorções sofridas através dos séculos.

A suposição de que o significado é uma noção intrinsecamente normativa surge da adoção da tese de que a linguagem é uma atividade essencialmente guiada por regras e, portanto, da necessidade de se conectar regras e usos. Argumentei, seguindo os instigantes insights de Glüer e Wikforss, que existe uma nova perspectiva a respeito da visão final de Wittgenstein sobre as noções de linguagem, regras e usos, que é suficientemente capaz de mostrar que as regras não desempenham um papel fundamental na determinação do significado. Antes, o papel de determinação do significado é reservado à noção de uso regular (à noção de multiplicidade de aplicações).

Ao assumir que é o externo que determina o interno, torna-se completamente desnecessário empreender qualquer investigação a respeito das relações internas das noções de compreensão e de seguir uma regra. É por isso, também, que não existe nada a ser conectado, ou ainda, não existe nenhum abismo a ser preenchido pela suposta normatividade semântica requerida por Kripke. A compreensão do significado de uma expressão é evidenciada no modo como os agentes reagem, naquilo que fazem, ao aplicar a expressão na linguagem. A prática de significar é um hábito e, como tal, exige a prática de realizar aplicações constantes e suficientes.

Desde que somos seres capazes de variar nossas respostas em relação ao meio ambiente e, também, de reconhecer e selecionar as melhores respostas (as respostas bem-sucedidas), então parece bastante intuitivo pensar que somos capazes de reproduzir comportamentos bem-sucedidos. Portanto, somos seres capazes de reconhecer que os usos bem-sucedidos (aprovados) possuem o potencial de gerar “fatos semânticos”, ou ainda, “regras de uso” para aplicações futuras. Isso explica de certo modo nossa aquisição

---

<sup>20</sup> HACKER, P.M.S. *Wittgenstein on Human Nature*. London: Phoenix, 1997, pp.8-9.

primitiva de linguagem e evita, ainda assim, a suposição de que “fatos semânticos” sejam completamente inexplicáveis.

Considerado nestes termos, nosso modelo explicativo para os fatos semânticos não se apoia em uma propriedade semântica, mas, pelo contrário, em uma propriedade natural, uma inclinação natural para aceitar os usos de certas expressões e seguir regras cegamente. O modelo potencialmente oferece uma resposta satisfatória para a acusação frequente de petição de princípio, pois em geral se supõe que nenhuma redução é possível justamente pela aparente impossibilidade de proceder sem pressupor a própria coisa na explicação. Note que sob este aspecto, o modelo apresentado aqui é compatível também com algumas variedades de construtivismo social, realismo e descritivismo semântico.

Uma vantagem importante do modelo esboçado aqui, de inspiração wittgensteiniana, é justamente seu caráter intuitivo e simplificado de investigação, mantendo o foco no exame dos principais aspectos envolvidos nas práticas cotidianas e nas avaliações de casos individuais. O resultado essencialmente negativo (a inexistência de fatos semânticos) da abordagem de Kripke parece surgir do não reconhecimento de que “usar palavras” é uma atividade não-reflexiva, pois não é o resultado de uma atividade mental, mas é fruto de um hábito, de um treinamento. Este ponto é, como indiquei anteriormente, muito próximo do modo como Ruth Millikan pensa a linguagem e suas convenções.

O que afasta Millikan da abordagem wittgensteiniana é, a princípio, a plataforma de redução, pois enquanto Wittgenstein reduz o significado a uma característica construída em nossa evolução social e cultural, Millikan prefere enraizar o significado na evolução biológica. A competência para seguir uma regra não é apenas uma prática socialmente e culturalmente articulada, mas, antes, é uma competência biológica. Assim como diversos outros dispositivos que possuem suas funções-próprias (como o coração, o reflexo de piscar, o cérebro humano), temos uma disposição natural (de acordo com o projeto evolutivo de nossa espécie) para seguir regras. Conhecer uma linguagem envolve possuir uma espécie de competência em seguir certas regras para a construção e interpretação de sentenças. O propósito que evidencia essa competência é, para Millikan, um propósito biológico<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> MILLIKAN, R. *Truth Rules, Hoverflies and Kripke-Wittgenstein Paradox*. In. MILLER, A; WRIGHT, C. *Rule-Following and Meaning*. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 215.

É importante notar que mesmo com a eliminação da pseudo-restrição imposta pela tese da normatividade intrínseca, ainda assim o naturalismo semântico não representa uma posição estável, uma vez que resta oferecer respostas para diversas questões importantes para uma teoria do significado, e assim, existe ainda muito trabalho a ser feito. A própria noção de erro semântico, abordada aqui em algum detalhe, recebe sua solução via descritivismo, ou seja, recebe uma solução indireta. Tem sido amplamente argumentado que os mais promissores projetos de naturalização da semântica costumam falhar na tentativa de resolver o problema do erro, pois, ou as respostas não são finas o suficiente, ou elas acabam por cometer petições de princípio.

O resultado de nossa investigação não é, portanto, inteiramente otimista: o naturalismo semântico pode falhar seriamente em oferecer respostas às diversas questões que permanecem em aberto; por outro lado, mas também extremamente importante, é possível que a tese da normatividade intrínseca (enquanto restrição pré-teórica) não seja de fato o único problema fundamental para o naturalismo semântico, pois outras restrições podem aparecer no sentido de inviabilizar o projeto de naturalização. Basta observar que a tentativa de considerar todos os tipos de fatos em termos de entidades das ciências naturais é altamente problemática.

Muitos filósofos têm defendido que não parece possível, ao menos por enquanto, defender que mesmo nossas melhores e mais bem elaboradas teorias científicas sejam de fato verdadeiras. Na realidade, os registros históricos fornecem evidências conclusivas para supor que a maioria, senão todas, as teorias científicas são de fato falsas. Assim, o naturalista poderia estar tentando tornar significativa uma série de fenômenos “naturais” utilizando somente os recursos fornecidos por teorias falsas. Desse modo, tomar as ciências naturais como único critério pode ser profundamente desastroso.

Ademais, existe a questão de assumir que os conceitos das teorias científicas sejam entidades reais e metafisicamente fixadas. Existe a suposição de que a linguagem natural (pública) não é robusta o suficiente para garantir os pressupostos científicos. Não há aparentemente leis ou princípios semânticos que possam oferecer uma uniformidade nas linguagens naturais. Além de problemas igualmente fundamentais como, por exemplo, a suposição de que a ciência natural pode ser completamente inábil para oferecer as condições de identidade para muitos de nossos conceitos do senso comum justamente porque eles são dependentes dos interesses humanos e preocupações.

As observações expostas ao longo das páginas precedentes claramente não esgotam o problema da normatividade do significado, mas creio que elas mostram que a posição de Kripke não é obrigatória e que a normatividade do significado não inviabiliza o projeto de naturalização da semântica. Isso não inviabiliza, também, outros sentidos de normatividade (fraca ou extrínseca), como no sentido bastante plausível de norma-relativa ou no sentido de que o significado possui condições de correção. Contudo, existem outros problemas muito mais sérios e restritivos com os quais o naturalista deve lidar.

Wittgenstein, ao que parece, estava certo em pensar que não existem leis ou teorias filosóficas bem estabelecidas, tal como ocorre nas ciências naturais. A razão para isso está na própria distinção categorial do que é propriamente “filosófico” e do que é propriamente “científico”, pois o que satisfaz as condições do segundo não satisfaz as do primeiro. Ao contrário da ciência, a filosofia não costuma se contentar com um conhecimento meramente “provável”. É por isso que a filosofia não está a um passo de oferecer os resultados que esperamos há tanto tempo. Tais promessas caem no vazio, pois já foram feitas com monótona regularidade ao longo de muitos séculos pelos mais diferentes filósofos. Talvez devêssemos procurar compatibilizar os resultados que sempre estiveram à nossa disposição.